

LEGISLATIVO AGORA

NATAL/RN, QUINTA-FEIRA, 1º DE OUTUBRO DE 2020 EDIÇÃO Nº 22 | ANO 2 | 12.500 EXEMPLARES

Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

Assembleia Legislativa promulga Reforma da Previdência Estadual

FINANÇAS. 2 E 3 | Após amplo debate, emenda constitucional que altera o sistema previdenciário dos servidores públicos estaduais foi aprovada de forma definitiva na última terça-feira. Deputados estaduais fizeram aperfeiçoamento da proposta com a apresentação de emendas. Cerca de 60% dos servidores da ativa e 42% inativos não serão afetados por novas alíquotas



NOVO NORMAL. 4 E 5 |

CASA LEGISLATIVA É ADAPTADA PARA VOLTA DAS SESSÕES PRESENCIAIS

LEGIS RH. 8 E 9 |

PLATAFORMA DA ALRN REVOLUCIONA GESTÃO E É COMPARTILHADA

FUTURO. 12 E 13 |

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO AVANÇA PARA O “HORIZONTE 2023”

PRODUTIVIDADE. 11 |

ALRN DISCUTE MAIS DE 1,6 MIL PROPOSIÇÕES DURANTE A PANDEMIA



Novas regras aprovadas pela Assembleia Legislativa em emenda constitucional deverão reduzir em até R\$ 250 milhões por ano o déficit da Previdência Estadual

Assembleia do RN promulga Reforma da Previdência

FINANÇAS | Com aperfeiçoamento da proposta feito pela Assembleia, cerca de 60% dos servidores da ativa e 42% inativos não terão modificações, ou seja, quem ganha até R\$ 3.500,00 permanecerá com a alíquota de 11%, já aplicada anteriormente

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte aprovou na última terça-feira 29, em segundo turno, a Reforma da Previdência Estadual. Foram 21 votos favoráveis e 2 contra, além de 1 abstenção.

Logo após a aprovação, o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), promulgou a reforma em sessão extraordinária. Como se trata de uma emenda constitucional, não é necessária a sanção da governadora Fátima Bezerra.

A maioria das novas regras entrou em vigor nesta quarta-feira 30, com a publicação da emenda no Diário Oficial. As novas alíquotas de contribuição, descontadas nos contracheques dos servidores, passarão a ser cobradas em janeiro de 2021.

A aprovação da reforma aconteceu graças a um amplo acordo entre

governo e oposição. A reforma promulgada terá um impacto mais suave para os servidores do que a proposta original, enviada pelo governo para a Assembleia ainda em fevereiro.

Com a reforma, servidores da ativa que recebem acima de R\$ 3.500,00 vão contribuir mais para a previdência. O desconto no contracheque, que atualmente é de 11%, vai subir para até 18%, dependendo da remuneração. No caso de aposentados e pensionistas, a faixa de isenção cairá dos atuais R\$ 6.101,05 para R\$ 3.500,00.

Além disso, a reforma traz novas idades mínimas de contribuição, regras de cálculo dos benefícios e regras para obtenção de pensão. Para quem está na ativa, há duas regras de transição.

A reforma precisava ser promulgada até esta quarta-feira 30, prazo máximo estipulado pelo Ministério da Eco-

nomia para que estados e municípios se adequem à Reforma da Previdência Geral, promulgada pelo Congresso em 2019. Nesta quarta 30, porém, o prazo foi estendido até 31 de dezembro. Governos e prefeituras que não se adequarem poderão perder o repasse de verbas federais, entre outras punições.

As novas regras deverão reduzir em até R\$ 250 milhões por ano o déficit da Previdência Estadual. Em 2019, o rombo nas contas públicas foi de R\$ 1,57 bilhão. Ou seja, considerando o desfalque do ano passado, a reforma só resolveria 16% do problema.

Em nota, o governo estadual agradeceu à Assembleia Legislativa pela aprovação da reforma. Segundo a gestão estadual, os parlamentares manifestaram um “gesto de maturidade e responsabilidade na aprovação da matéria necessária para o equilíbrio orçamentá-

rio, fiscal e financeiro do Estado”.

“Uma das prioridades do Governo do Estado foi amenizar o máximo possível os impactos da reforma para os servidores. Para tanto, implantou no regime próprio de previdência o conceito de alíquota progressiva, ou seja, quem ganha menos vai contribuir sobre uma alíquota menor e quem ganha mais contribuirá com um percentual maior”, enfatizou o governo.

Ainda segundo a administração, dentre as reformas previdenciárias realizadas pelos Estados, a aprovada no Rio Grande do Norte é uma das que mais isentam os servidores de taxa progressiva. Cerca de 60% dos servidores da ativa e 42% inativos não terão modificações, ou seja, quem ganha até R\$ 3.500,00 permanecerá com a alíquota de 11%, já aplicada anteriormente.



ALÍQUOTAS DE

Servidores da ativa

Salários até R\$ 3.500,00: 11%
Salários entre R\$ 3.500,01 e R\$ 6.101,05: 14%
Salários entre R\$ 6.101,06 e R\$ 15.000,00: 15%
Salários entre R\$ 15.000,01 e R\$ 30.000,00: 16%
Salários acima de R\$ 30.000,01: 18%

PENSÃO POR MORTE

Os dependentes terão direito a 50% do valor da aposentadoria recebida pelo servidor na data do óbito, acrescido de cotas de 10% por dependente, até o máximo de 100%. Essa regra vale apenas para os servidores que forem contratados após a entrada em vigor da reforma.

São considerados dependentes cônjuges ou companheiros, filhos não emancipados com menos de 21 anos, filhos inválidos de qualquer idade, pais, irmão não emancipado com menos de 21 anos e irmão não emancipado inválido de qualquer idade.

No caso dos servidores que ingressaram até a promulgação das novas regras, a pensão por morte para os seus dependentes fica sendo de R\$ 2.500,00 acrescido de 60% da parcela excedente a esse limite.

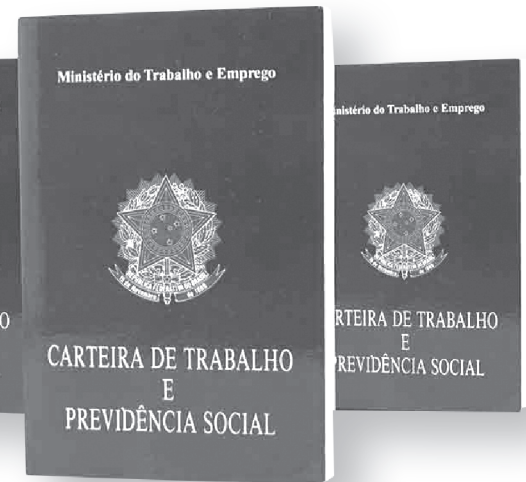
Ou seja, os dependentes de um servidor que ganha R\$ 10.000,00 terão direito, em caso de morte do servidor, a R\$ 7.000,00. Pela mesma lógica, os dependentes de um servidor que ganha R\$ 5.000,00 terão direito, em caso de morte do servidor, a R\$ 4.000,00.

NÚMEROS:

R\$ 1,357 bilhão

foi o déficit da Previdência Estadual em 2018

VEJA AS PRINCIPAIS MUDANÇAS:



CONTRIBUIÇÃO

Aposentados e pensionistas

Benefícios até R\$ 3.500,00: Isento
Benefícios entre R\$ 3.500,01 e R\$ 6.101,05: 14%
Benefícios entre R\$ 6.101,06 e R\$ 15.000,00: 15%
Benefícios entre R\$ 15.000,01 e R\$ 30.000,00: 16%
Benefícios acima de R\$ 30.000,01: 18%

As novas alíquotas começarão a ser cobradas 90 dias após a promulgação. Ou seja, o impacto só vai ser sentido pelos servidores na folha de janeiro de 2021. A emenda prevê, ainda, que todos os anos essas faixas de salários que servem de base para as alíquotas serão aumentadas no mesmo índice do reajuste dos benefícios previdenciários.

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Dependentes com doenças graves terão direito à integralidade da remuneração recebida pelo servidor que morreu.

A reforma também estabelece que as regras de pensão podem mudar futuramente a partir de lei complementar. Além disso, fica vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte dentro do regime próprio de previdência do Rio Grande do Norte.

Passa a ser de 25 anos, com no mínimo 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

IDADE MÍNIMA

Servidores em geral

Homens: 65 anos
Mulheres: 60 anos

Agentes socioeducativos, policiais penais, policiais civis e delegados

Homens: 55 anos, com 30 anos de contribuição
Mulheres: 52 anos, com 27 anos de contribuição

Professores

Homens: 58 anos
Mulheres: 53 anos

Trabalhadores com insalubridade (expostos a agentes químicos, físicos ou biológicos)

Homens: 60 anos
Mulheres: 55 anos

Assembleia fez amplo debate sobre a proposta

O presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira, enfatizou que a aprovação da reeforma se deu após amplo debate na Casa. “As emendas encartadas pela Comissão Especial e as apresentadas pelos deputados George Soares (PL) e Tomba Faria (PSDB), que foram objeto unânime de dispensa das exigências e formalidades regimentais por decisão da reunião de lideranças realizada em 23 de setembro, melhoraram o projeto original em defesa da população do RN”, declarou o presidente da Casa Legislativa.

A PEC teve relatoria do deputado Raimundo Fernandes (PSDB), na Comissão Especial que analisou o mérito da proposta. A comissão foi composta ainda pelos deputados George Soares (PL), que a presidiu, Dr. Bernardo (Avante), vice-presidente, além de Souza (PSB). Durante os trabalhos da Comissão Especial, os parlamentares chegaram a apresentar 13 emendas ao projeto original, mas somente quatro foram acatadas pelo relator, que apresentou as devidas justificativas.

Antes do debate em torno da votação ser iniciado na última terça, o líder do governo na Casa, deputado George Soares, destacou o esforço conjunto de todos os deputados para a construção de emendas que, como declarou, melhoraram o projeto. “As emendas encartadas são fruto de

entendimento com toda a base do governo e da oposição. Essas emendas vieram para melhorar significativamente o projeto, são consensuais”, destacou.

Antes de registrar o voto contrário à PEC, o deputado Sandro Pimentel (PSOL) lamentou a aprovação em primeiro turno da proposta. “Gostaria de lamentar a forma que a reforma foi aprovada na semana passada e por ver que algo semelhante vai acontecer hoje. Áreas como a educação seguem com condições que não merecem. A saúde pública segue igualmente sucateada, como já vem de muito tempo, de muitos governos. E os servidores que ganham menos vão ser fortemente impactados. Essa é uma proposta que traz, de fato, um prejuízo histórico para a categorias que ganham menos”, manifestou-se.

Fazendo o contraponto, o deputado Hermano Moraes (PSB) destacou a importância da aprovação da matéria até o dia 30 de setembro. “É uma matéria muito delicada, já votada no limite. É importante deixar claro que essa reforma não é de governo, é de Estado. Estamos vivendo mais. Por isso, atualmente tem menos pessoas contribuindo e mais sendo beneficiadas. O mundo inteiro precisou passar por essa reforma. Ela é necessária e inadiável”, ponderou.

Raimundo Fernandes (PSDB) também destacou o caráter partidário da proposta. “Não estamos votando no PT, nem no PSDB, ou outros partidos, mas no RN. Lembrando que essa matéria foi discutida no governo passado, que não

teve habilidade de fazer o diálogo necessário com a oposição naquela época”, disse.

O deputado estadual José Dias (PSDB) reconheceu que o sistema previdenciário atual é “insustentável” e continuou. “Mesmo não concordando com o projeto da forma que está, tenho que votar pois deixaram para última hora. Isso está sendo feito porque é necessário, mas poderíamos ter votado uma reforma que não fosse tão cruel quanto essa”.

Vivaldo Costa (PSD) destacou que a reforma da Previdência vai corrigir o prejuízo mensal de R\$ 130 milhões aos cofres públicos. “Todos os deputados são favoráveis a reforma da previdência. Se não for feita, o sistema vai parar lá na frente. Pessoas vão se aposentar e não terão como receber. É bom lembrar que modificações foram feitas para melhorar o projeto inicial. Os deputados apresentaram emendas para melhorar. Esse é o papel da democracia”, destacou.

Os deputados Coronel Azevedo (PSC) e Nelter Queiroz (MDB) fizeram críticas à governadora Fátima Bezerra (PT). Enquanto Azevedo enalteceu as modificações ao texto apresentado pelo governo estadual, afirmando que “a reforma que votamos hoje não é a que o governo queria, mas a que os deputados impuseram”, Nelter Queiroz disse que Fátima negou sua origem.

“Ela não teve coragem de discutir e sentar com os sindicatos servidores que ela sempre defendeu, do seu passado e origens populares”, finalizou o deputado.



Na última terça-feira, reforma foi promulgada pela Assembleia Legislativa logo após aprovação em segundo turno; novas regras já entraram em vigor

R\$ 1,57 bilhão

foi o déficit da Previdência Estadual em 2019

R\$ 1,29 bilhão

foi o déficit entre janeiro e agosto de 2020

Protocolo marca volta das sessões presenciais

PREVENÇÃO | Divisórias, questionários, máscaras e higienização são protocolos de segurança na volta das reuniões e sessões presenciais

A rotina diária que todos conhecem bem – aquela de acordar cedo, tomar café da manhã, se arrumar e ir trabalhar – aos poucos vai voltando à normalidade. E na Assembleia Legislativa potiguar não é diferente. Desde o dia 8 deste mês, que os deputados estaduais estão frequentando reuniões e sessões presencialmente na Casa. Para isso, é claro, estão sendo tomadas todas as medidas de segurança contra o novo coronavírus.

É importante não esquecer que todo cuidado é pouco, pois ainda não há uma vacina para se evitar o contágio. Portanto, a prevenção ainda é o melhor remédio. Com este pensamento, é importante esclarecer que a participação presencial ainda não é uma obrigação, já que alguns parlamentares fazem parte dos grupos de risco. Assim, ir à Assembleia é opcional.

Para os que permanecem trabalhando em home office, as sessões e reuniões continuam acontecendo remotamente. Já para os deputados que preferem voltar a trabalhar presencialmente, eles encontram uma estrutura diferenciada, com todo um protocolo minucioso que possibilita tranquilidade e segurança para todos que frequentam a Casa.

Tatiana Mendes Cunha, diretora Legislativa da Assembleia Legislativa, explica que os dias das reuniões e sessões foram mantidos, sempre realizados nas terças, quartas e quintas-feiras, e que, assim que chegarem para trabalhar, os deputados são submetidos a vários cuidados.

“Usamos termômetros para aferir a temperatura, álcool gel para as mãos



Usamos termômetros para aferir a temperatura, álcool gel para as mãos e tem também um tapete de higienização para os calçados”

TATIANA MENDES CUNHA
DIRETORA LEGISLATIVA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO RIO GRANDE DO NORTE

e tem também um tapete de higienização para os calçados”, listou.

“Ainda é preciso responder um questionário médico sobre o estado de saúde. Nele, os deputados e servidores são questionados sobre possíveis sintomas e eventuais contatos com pessoas doentes. Tudo é importante para prevenir o contágio”, acrescentou Tatiana.

Ainda de acordo com a diretora, o cuidado para se evitar a proliferação do vírus também foi pensado para dentro do ambiente de trabalho. No salão principal, onde ocorrem as sessões e votações, foram instaladas divisórias de acrílico, estruturas que também dão segurança aos deputados, mantendo um maior distanciamento e proteção entre os colegas. “Além do uso das máscaras, que é obrigatório, os deputados passaram a ter assento fixo”, ressaltou Tatiana.





SISTEMA HÍBRIDO É EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

“O sistema híbrido de participação dos deputados, com o retorno das sessões presenciais, mantido o trabalho remoto, é o resultado de uma evolução tecnológica garantida pelo presidente Ezequiel Ferreira, que não tem poupado esforços para assegurar o pleno funcionamento do trabalho legislativo”, destacou Tatiana Mendes Cunha.

Mais informações:

* Os direitos de participação são iguais entre os que estão trabalhando remotamente e os que estão presencialmente;

* As galerias permanecem fechadas. É autorizada a entrada de apenas 1 assessor por deputado;

* Durante a votação da Reforma Previdenciária, foi autorizada a entrada nas galerias de 1 representante de cada sindicato para acompanhar a votação;

* Foram realizadas 7 votações nesse sistema híbrido até agora, e as principais foram as votações que apreciaram a PEC da Previdência (primeiro e segundo turnos);

* As sessões presenciais começaram a partir do dia 8/09;

* Todos os deputados estão de máscaras. Foram instaladas divisórias de acrílico entre as cadeiras dos deputados e as mesas do apoio ao Plenário. Foi disponibilizado um dispenser de álcool em gel para cada parlamentar.

* Os deputados passaram a ter assento fixo.

GASTO COM PESSOAL

ASSEMBLEIA REDUZ NÍVEL DE COMPROMETIMENTO COM A FOLHA

No seu mais recente demonstrativo de despesas, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte detalhou que conseguiu reduzir ainda mais os custos com as despesas de pessoal. Os dados foram publicados no Diário Eletrônico 515, de terça-feira 29. Os números são relativos ao segundo quadrimestre de 2020 e revelam que o Legislativo do RN chegou a 2,09% do seu orçamento com as despesas da folha.

Isso significa que o Legislativo Estadual já pode, por exemplo, programar o próximo concurso público para contratação de servidores efetivos, conforme explica o diretor-geral da Casa, Augusto Carlos Viveiros. “Com esse índice, estamos livres para providenciar concurso e todas as ações necessárias relativas à contratação de pessoal”, disse ele.

O diretor explicou que há três limites, o de 2,14%, quando o gestor precisa ficar em alerta; o de 2,26%, o prudencial e o limite máximo, de 2,38%, afirma. Augusto Carlos Viveiros afirmou que, em relação à possibilidade de concurso, já solicitou à Coordenadoria de Gestão de Pessoas o levantamento das vagas existentes, geradas pelas recentes aposentadorias dos servidores mais antigos.

“Estamos felizes e comemorando porque é fruto do trabalho em equipe e da austeridade da gestão, norteadas pelo Planejamento Estratégico”, enfatizou o diretor da Casa.



Assembleia do RN volta a atenção para a Lei das Micro e Pequenas Empresas

ECONOMIA | Projeto de lei vai trazer instrumentos normativos nas áreas de políticas de desenvolvimento, desburocratização, compras governamentais e incentivos tributários para empresas de pequeno porte

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte voltará todas as atenções para discutir o texto da futura Lei Estadual da Micro e Pequena Empresas (MPEs) a partir do dia 6 de outubro. A data marca a reunião para discussão do projeto de lei pelos representantes das comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Finanças e Fiscalização; e a de Educação, Ciências e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Social.

Segundo o presidente da Frente Parlamentar formada para dar encaminhamento ao novo projeto de lei, deputado Kleber Rodrigues (PL), a expectativa é de que o novo marco legal para o setor de micro e pequenas empresas ganhe mais celeridade a partir de agora. “Tivemos uma interrupção por conta da análise da Proposta de Emenda Constitucional da Reforma da Previdência – promulgada na última quarta-feira 30 –, mas agora o foco será neste projeto, que é muito importante para todo o setor produtivo potiguar”, disse.

Segundo Kleber Rodrigues, a reunião dos representantes das três comissões parlamentares permite maior eficiência na análise de possíveis alterações do texto. Os relatores da matéria nos colegiados – os deputados estaduais Hermano Moraes (Constituição e Justiça), Francisco do PT (Educação, Ciências e Tecnologia) e Galeno Torquato (Finanças e Fiscalização) – irão trazer aperfeiçoamentos ao texto apresentado pela governadora do Estado, Fátima Bezerra, em 10 de agosto.

“Como sou o representante da Frente Parlamentar, eu fiquei encar-

“

Eu fiquei encarregado de ser a interlocução entre o setor produtivo, o Legislativo e o Executivo. A ideia é deixar o setor mais competitivo”

KLEBER RODRIGUES
PRESIDENTE DA FRENTE
PARLAMENTAR QUE DISCUTE A
LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA
EMPRESA DA ASSEMBLEIA

R\$ 1 bi

é a estimativa de circulação de receitas após incentivo a empresas

regado de ser a interlocução entre o setor produtivo, o Legislativo e o Executivo”, disse Kleber Rodrigues. Ao longo das últimas semanas, duas audiências públicas já foram feitas para afinar o texto do projeto de lei.

O texto traz benefícios significativos para as MPEs do Rio Grande do Norte. A principal mudança é permitir o ganho de competitividade dos pequenos empreendedores. Com a nova legislação em vigor, o setor terá maior participação no sistema de

compras do Governo do Estado.

O governo estadual apontou limite de R\$ 80 mil para a participação exclusiva de MPEs e previsão de subcontratação do objeto lícitado por pequenas empresas. No entanto, o limite pode ser ampliado para R\$ 200 mil. “A ideia é deixar o setor mais competitivo”, disse Kleber Rodrigues.

Além disso, a estimativa é de que, com incentivo para as compras dos micro e pequenos empresários, ocorra aumento de R\$ 1 bilhão em receitas circulando pelo Rio Grande do Norte.

Ao todo, o projeto de lei tem 11 capítulos e 77 artigos que estão em análise, além das emendas que serão discutidas pelos deputados na reunião do dia 6.

O novo projeto de lei tem seis esferas principais: políticas de desenvolvimento e desburocratização; compras governamentais; estímulo à inovação; estímulo ao crédito e capitalização de incentivos tributários; economia solidária e cooperativismo; e educação empreendedora.

Ainda de acordo com Kleber Rodrigues, outra mudança ao texto original está na criação de um sistema para facilitar a emissão de alvarás de funcionamento. A primeira versão definia que o mecanismo abrangia as documentações emitidas pelo Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Norte e do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema). “A mudança é incluir também a Vigilância Sanitária Estadual. A ideia é reduzir ao máximo a burocracia para se obter o alvará de funcionamento”, disse.



Assembleia Legislativa realizou no mês passado audiência pública para discutir Lei Geral

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Inserção de pequenos negócios na lista de fornecedores do Governo do Estado e suas autarquias. A legislação define que órgãos e instituições públicos sejam obrigados a dar preferência a empresas de pequeno porte nas licitações. O governo estadual apontou limite de R\$ 80 mil, mas os deputados estaduais avaliam que o teto pode ficar em R\$ 200 mil.

AQUISIÇÃO DE BENS

Projeto traz dispositivo no que se refere à aquisição de bens de natureza divisível, que engloba praticamente todos os bens contáveis. Já as subcontratações de pequenas empresas, que ficavam restritas a um percentual de 30%, agora não há mais limites para que

grandes empresas vencedoras de licitação possam subcontratar pequenas empresas para executar parte do total objeto lícitado.

ACESSO AO CRÉDITO

Projeto aborda a criação de uma política de acesso ao crédito que incorpore linhas simplificadas e diferenciadas para beneficiar pequenas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI).

FISCALIZAÇÃO

No tocante às fiscalizações nas empresas, o projeto prevê a primeira visita de órgãos públicos com caráter de orientação ao empreendedor, e não de fiscalização.



...l da Micro e Pequena Empresa, com presença de representantes do Governo do Estado e de lideranças do setor produtivo

Projeto é celebrado pelo setor produtivo potiguar

A lei que regulamenta o tratamento diferenciado para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), aos microempreendedores individuais (MEI) e a outras modalidades de empresas a elas equiparadas é aguardado com ansiedade pelo setor produtivo potiguar, que aguardava havia dois anos pelo avanço de uma legislação relacionada com o tema.

Na opinião do superintendente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Zeca Melo, o projeto em tramitação na Assembleia Legislativa resgata uma minuta produzida pelo setor produtivo em 2018. “Entregamos uma minuta no início do governo pleiteando esse projeto de lei. Quem segura os empregos no Rio Grande do Norte são empresas com menos de 10 empregados. Atualmente, virou consenso a importância das micro e média empresas. Daremos um salto grande com estímulos e investimentos em todo o Estado”, disse.

Para Marcelo Queiroz, presidente da Federação do Comércio e Serviços do Rio Grande do Norte (Fecomércio), o projeto de lei vai ajudar na recuperação da economia potiguar, abalada pela crise gerada pela pandemia da Covid-19. “Agradecemos e vamos trabalhar juntos para aprovar o documento na Assembleia para garantir os direitos aos empresários e empreendedores que passam por este momento difícil”,

pontuou ele. O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Norte, Itamar Maciel, explicitou que esse debate não é recente, é um desejo antigo de gerar empregos e renda. “Este projeto cria uma ponte importante para o empresário e microempreendedores, uma ação importante para todos”, reforçou.

Segundo dados do BNDES, 98% do total de empresas do País são constituídas de micro e pequenas empresas, as quais representam 93% dos estabelecimentos empregadores e correspondem a cerca de 60% dos empregos gerados no Brasil. No RN, o percentual de empresas nessa faixa também se aproxima dos 90%, o que representa um número de quase 200 mil empresas, segundo o Sebrae.

O presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, Amaro Sales, defende a Lei Geral como um instrumento base para dar competitividade às empresas potiguares, já que mais de 90% delas são de micro e pequeno porte, e segurança jurídica. “Há muito esperávamos por essa lei, que só veio agora, com a governadora Fátima Bezerra. Esperamos que os deputados se sensibilizem com a causa das micro e pequenas empresas e possam reconhecer a necessidade desta lei, que vai trazer competitividade para esses negócios”, alerta Amaro Sales.

PONTOS DA NOVA LEI:

licitações públicas
, desde que não

empresário seja penalizado com multas na primeira
vistoria.

FUNDO GARANTIDO

política estadual
e um tratamento
beneficiar
pequeno porte
individuais (MEI).

Projeto prevê a criação de um fundo de aval garantidor específico para os pequenos negócios. Esse fundo seria operacionalizado pela Agência de Fomento do Estado (AGN), de modo a facilitar a antecipação de créditos empenhados relativos às compras governamentais em que essas empresas participassem.

DESONERAÇÃO

mpresas, a
deve ter caráter
vitando que o

Criação do Plano de Incentivo Tributário e de Infraestrutura, voltado para micro e pequenas empresas e Microempreendedor Individual que atuam nas áreas

de turismo, inovação, economia solidária, impacto social, negócios industriais, agronegócio de exportação e educação empreendedora; equiparação do teto estadual ao teto nacional do Simples: R\$ 4,8 milhões.

CRÉDITO

Criação de Fundo de Capital de Risco para capitalização das microempresas, empresas de pequeno porte e demais equiparadas, assim como manutenção permanente de um programa estadual de microcrédito.

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Inserção de ações pedagógicas nas escolas para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora



Deputado Kléber Rodrigues (PL) é presidente da Frente Parlamentar sobre o tema

Plataforma da ALRN revoluciona gestão e é compartilhada com outros parlamentos

LEGIS RH | Projeto de lei vai trazer instrumentos normativos nas áreas de políticas de desenvolvimento, desburocratização, compras governamentais e incentivos tributários para empresas de pequeno porte

Dizer que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte está revolucionando os processos internos dos parlamentos do País não é exagero. É a realidade deste momento. Desenvolvido pelo corpo técnico da Casa Legislativa, o Legis RH, sistema que otimizou os processos da folha de pagamento e recursos humanos da ALRN, despertou interesse de outras assembleias do País e está sendo compartilhado pelo parlamento potiguar, com vistas a oferecer a mesma economia e eficiência que já é realidade no Rio Grande do Norte.

A plataforma Legis RH foi desenvolvida pela Diretoria de Gestão Tecnológica da ALRN e apresentada na Conferência Nacional da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale) pelo diretor de Gestão Tecnológica, Mário Sérgio Gurgel, e pelos profissionais de TI Stefano Rozemberg Freire e Kaio Max Marques, no fim de 2019. O sistema venceu o prêmio Assembleia Cidadã da Unale, na categoria “Gestão”.

O desenvolvimento do Legis RH era um dos objetivos do Planejamento Estratégico da ALRN, que terá novas etapas no “Horizonte 2023”, com macrodesafios (objetivos estratégicos) que nortearão as ações da Assembleia Legislativa no próximo quadriênio. Com a nova ferramenta, o Legislativo Estadual estima uma economia de mais de 75% na comparação aos gastos com ferramentas utilizadas anteriormente. Devido ao êxito da plataforma, as casas legislativas pelo país buscaram a Assembleia potiguar para informações

sobre o sistema.

No início do mês de setembro, o presidente da Assembleia Legislativa do RN, deputado estadual Ezequiel Ferreira de Souza (PSDB), oficializou a disponibilização e implantação do Legis RH para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). A cooperação entre as casas legislativas representa uma economia de aproximadamente R\$ 20 milhões para o parlamento paulista, de acordo com o presidente da Alesp, Cauê Macris (PSDB).

Para Ezequiel Ferreira, a cooperação entre as casas é um fato positivo para os dois estados, que têm compartilhado informações e estratégias para a gestão mais eficiente do processo legislativo e demais atividades que transcorrem nos parlamentos.

“É uma satisfação poder contribuir com a Alesp. As assembleias precisam estar irmanadas com o que a gente tem de melhor para buscar a eficiência tão necessária na administração pública, que é também o que busco à frente da ALRN. Nesta oportunidade, quero renovar o convite para o senhor presidente vir conhecer nossa história, nossas belezas, nosso litoral e a interiorização do turismo. Aqui temos também o turismo religioso e uma excelente culinária no interior do Estado. O turismo é mola propulsora da nossa economia. E convido também para conhecer o que temos de mais valioso: o nosso povo”, afirmou Ezequiel Ferreira, no encontro virtual que teve com o presidente da Alesp.

Desde fevereiro que os servido-

res da Diretoria de Gestão Tecnológica e a Coordenadoria de Gestão de Pessoas da ALRN organizam os processos do termo de cooperação técnica. O diretor do setor, Mário Sérgio Gurgel, que também participou da solenidade de assinatura do termo de cooperação junto ao diretor geral da ALRN, Augusto Carlos Viveiros, explicou que a troca de experiências tem sido importante para os dois estados.

“Quero aproveitar para agradecer a cordialidade com que fomos recebidos por toda equipe da Assembleia de São Paulo e dizer que é um prazer essa troca de experiência. Não só ensinando, mas tivemos a oportunidade de aprender muito sobre a rotina da Casa paulista”, ressaltou Mário Sérgio Gurgel.

E o presidente da Assembleia paulista não poupou elogios ao pioneirismo e criatividade da Assembleia do Rio Grande do Norte. Para o deputado Cauê Macris, a cooperação tem sido importante para o parlamento paulista e aproveitou a oportunidade para enaltecer o arrojo e inovação da ALRN. “Esse é um passo histórico de cooperação entre os legislativos estaduais. Hoje, o Rio Grande do Norte fornece a tecnologia da gestão de RH para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Por isso, a ALRN está de parabéns”, destacou Cauê Macris.

A cooperação foi firmada através de dois documentos: o Convênio do Projeto de Modernização, assinado pelo diretor geral, Augusto Carlos Viveiros, e pelo diretor de gestão tecnológica, Mário Sérgio Gurgel, e o Ter-



Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte recebendo prêmio de 1º lugar em Gestão



Projeto Legis RH da Assembleia Legislativa do RN venceu o prêmio Assembleia Cidadã,



RICARDO MEDEIROS

“

Assembleias precisam estar irmanadas com o que a gente tem de melhor para buscar a eficiência tão necessária na administração pública, que é também o que busco a frente da ALRN”

EZEQUIEL FERREIRA
PRESIDENTE DA ALRN

“

Esse é um passo histórico de cooperação entre os legislativos estaduais. Hoje, o Rio Grande do Norte fornece a tecnologia da gestão de RH para a Assembleia Legislativa de São Paulo”

CAUÊ MACRIS
PRESIDENTE DA ALESP

conferido pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, pelo Legis RH, em fevereiro deste ano



na categoria “Gestão”



No início de setembro, Assembleia Legislativa do RN oficializou a disponibilização do sistema para a Assembleia Legislativa de São Paulo

mo de Cooperação Técnica, assinado pelos presidentes da ALRN e Alesp. “É uma satisfação muito grande assinar como gestor desse convênio ao lado de Dr. Mário Sérgio, que tem se destacado nacionalmente na gestão do setor de tecnologia do Legislativo”, disse Augusto Carlos Viveiros.

O Legis RH também despertou o interesse das casas legislativas da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Mato Grosso e Rondônia, que buscam mais informações sobre a plataforma e que pretendem fazer a implementação da ferramenta para otimizar os serviços e gerar economia. A ALRN disse que segue à disposição para colaborar com as demais casas no País.

“O projeto é fruto do empenho da equipe e da confiança absoluta depositada pelo presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira, que acreditou que tínhamos condições de desenvolver um sistema próprio e diferente do que existe na maioria do mercado”, disse Mário Sérgio Gurgel.



Diretoria de Gestão Tecnológica da Assembleia Legislativa do RN apresentou, durante Semana Internacional da Democracia, como o Sistema de Deliberação Remota auxiliou na continuidade das atividades

Sistema de Deliberação Remota da ALRN é destaque

TECNOLOGIA | Durante evento digital “Legistech pela democracia - unindo Legislativos e ideias inovadoras”, diretor de Gestão Tecnológica do Legislativo Potiguar, Mário Sérgio Gurgel, expôs detalhadamente o processo de implementação do SDR, em integração com o eLegis

A apresentar o Sistema de Deliberação Remota (SDR) integrado ao eLegis (Sistema do Processo Legislativo Eletrônico) para 20 parlamentos de diferentes países e 21 Casas Legislativas brasileiras. Foi o que fez a Diretoria de Gestão Tecnológica da Assembleia Legislativa do RN durante a Semana Internacional da Democracia, em evento digital denominado “Legistech pela democracia – unindo Legislativos e ideias inovadoras”. A apresentação aconteceu no dia 18 de setembro.

O evento teve o objetivo de apresentar experiências de Casas Legislativas do Brasil e do mundo, que im-

“

Sistemas passaram a permitir votação remota, contribuindo para a continuidade dos trabalhos”

MÁRIO SÉRGIO GURGEL
DIR. GESTÃO TECNOLÓGICA ALRN

plementaram projetos de deliberação remota para manter o funcionamento

do Poder Legislativo durante a pandemia da Covid-19.

Na ocasião, o diretor de Gestão Tecnológica do Legislativo Potiguar, Mário Sérgio Gurgel, expôs detalhadamente o processo de implementação, as características e o funcionamento do SDR, em integração com o eLegis.

“Esses dois sistemas, desenvolvidos pela própria Diretoria de Gestão Tecnológica da Assembleia Legislativa do RN, passaram a permitir a votação dos deputados estaduais de forma remota, contribuindo para a continuidade dos trabalhos legislativos mesmo durante o isolamento social”, ressaltou Mário Sérgio.

O diretor destacou ainda a importância de relatar a experiência de transformação digital do Legislativo Potiguar num evento de porte internacional. “Além do nosso, apenas dois Legislativos Estaduais foram convidados, Rio de Janeiro e São Paulo. Isso mostra a nossa relevância dentro do cenário nacional, nesse contexto de inovação parlamentar”, enfatizou.

A programação aconteceu, de forma online, com apresentações e debates a respeito dos projetos de transformação digital nos Legislativos de todo o mundo, e como isso pode ajudar a preservar os valores democráticos e as instituições, em tempos de pandemia.

» PRODUÇÃO

EZEQUIEL VALORIZA CAPRINOCULTOR E MEMÓRIA DE NÉLIO DIAS

Visando valorizar a caprinocultura do Rio Grande do Norte, que é o 5º maior produtor de leite de cabra no País, e homenagear o propulsor e grande incentivador da caprinocultura leiteira potiguar, o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), apresentou um projeto de lei que institui no Calendário Oficial do Estado o Dia Caprinocultor, a ser celebrado no dia 22 de janeiro, anualmente.

“É preciso valorizar cada vez mais todos os norte-rio-grandenses que dedicam suas vidas à produção animal e geram emprego e renda em todos os locais do Estado. Uma data comemorativa para a conquista e engrandecimento de todos os pecuaristas e beneficiários diretos da caprinocultura”, disse Ezequiel Ferreira.

Para o deputado, a caprinocultura leiteira é uma atividade importante para o Estado, tanto do ponto de vista econômico quanto social, uma vez que possibilita a elevação da renda e melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias.

A atividade está atrelada ao Programa de Distribuição de Alimento, nomeado por “Programa do Leite”, beneficiando diretamente os agricultores com a venda do leite ao programa e indiretamente as famílias carentes em situação de insegurança alimentar, que recebem o leite para complementar sua nutrição.

“Sugerimos a escolha da data de 22 de janeiro, dia do nascimento do ex-deputado federal Nélio Dias, como homenagem mais do que justa a um grande homem que foi um dos maiores incentivadores da caprinocultura leiteira no RN”, salientou Ezequiel Ferreira.

O agropecuarista Nélio Dias foi deputado federal por dois mandatos. Faleceu em julho de 2007.

Diretoria Legislativa da ALRN destaca produção legislativa na pandemia

BALANÇO | Votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma da Previdência, os decretos de calamidade pública, inúmeras proposições voltadas ao combate do novo coronavírus, bem como a votação de orçamentos emergenciais, foram algumas das matérias apreciadas

A pandemia de Covid-19 fez a sociedade desacelerar. Apesar disso, e com todas as barreiras que precisou enfrentar, o Poder Legislativo potiguar se reinventou. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) adaptou as ferramentas e condições de trabalho, implantou os sistemas necessários para a realização do teletrabalho e das sessões por deliberação remota e, com isso, não parou de produzir. Pelo contrário, já que teve um papel crucial nas determinações do Estado nesse período. De março até

setembro de 2020, foram apresentadas mais de 1,6 mil proposições na Casa.

A votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma da Previdência, os decretos de calamidade pública, inúmeras proposições voltadas ao combate do novo coronavírus, bem como a votação de orçamentos emergenciais, foram algumas das matérias apreciadas pelo parlamento no período.

De início, foi necessário reorganizar a rotina e planejar as tarefas, em consideração às medidas de profilaxia

adotadas pela Casa Legislativa. Logo, foram determinadas: a redução de pessoal na sede (aproximadamente em 95%); a execução das atividades em formato domiciliar por parte dos servidores; a realização de novas ações contributivas à evolução do E-legis, em desenvolvimento pela Coordenadoria de Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas; a inovação na remessa de expedientes aos entes, Poderes e órgãos da administração pública; e adaptação das informações via e-mail institucional, de modo mais célere.

“

Podemos considerar esses avanços como um marco na gestão do processo legislativo do nosso Estado”

TATIANA MENDES CUNHA
DIRETORA LEGISLATIVA DA ALRN

De acordo com a Diretoria Legislativa da ALRN, de março de 2020 até hoje, foram apresentadas mais de 1,6 mil proposições. Entre elas, estão 220 projetos de lei – sendo que 14 foram de iniciativa do Governo do Estado e 1, do Ministério Público Estadual. Os demais foram iniciativas parlamentares. Também foram apresentados cinco projetos de lei complementar, 13 projetos de resolução, cerca de 1,2 mil requerimentos e a constituição de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). A Diretoria também conta com 166 ofícios de interesse legislativo que foram lidos em plenário e a aprovação de cerca de 130 decretos de calamidade pública.

Assim, o Poder Legislativo potiguar vem encarando esse momento. “Não obstante se tratar de um período totalmente atípico, a Assembleia Legislativa se aperfeiçoou para que as deliberações encontrassem o apoio logístico indispensável ao andamento das funções legislativa e fiscalizatória do Parlamento Potiguar. Hoje, o mundo digital é uma realidade, e a Assembleia Legislativa do RN, portanto, está acompanhando essa evolução e se modernizando, com apoio da Mesa Diretora. Podemos considerar esses avanços como um marco na gestão do processo legislativo do nosso Estado”, destacou a diretora legislativa na Assembleia Legislativa, Tatiana Mendes Cunha.



Pandemia do novo coronavírus não afetou produtividade parlamentar na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Deputados estaduais apresentaram mais de 1,6 mil proposições entre março e setembro, de acordo com Diretoria Legislativa

Planejamento Estratégico da Assembleia avança para o “Horizonte 2023”

FUTURO | Plano estratégico contempla a definição da visão de futuro até 2023 e dos macrodesafios (objetivos estratégicos) que nortearão as ações da Assembleia Legislativa no próximo quadriênio

A equipe da Assessoria de Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, após montar de modo coletivo a Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos da ALRN, tem validado junto aos setores todas as atividades dos macroprocessos e subprocessos em conformidade com a iniciativa estratégica constante no documento “Horizonte 2023 da ALRN”.

“Nesta etapa, cada área de gestão revisa se efetivamente estão corretas as práticas estabelecidas, se é essencialmente o trabalho realizado e se as conexões com outras unidades de gestão estão compatíveis com o que é realizado no cotidiano do setor”, explica Luciana Targino de Almeida Cardoso, presidente da Comissão de Elaboração e Acompanhamento do Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Através da Escola da Assembleia, uma série de cursos de capacitação foi implementada, mesmo no período de pandemia, com foco na concretização do Planejamento Estratégico do Legislativo Potiguar. O primeiro deles foi “Implantando a Gestão Estratégica na ALRN”, por meio de webconferência, buscando alinhar conhecimentos, rotinas e linhas de ação para o cumprimento da execução do projeto “Horizonte 2023 da ALRN”.

Neste período, foram compartilhados temas como: Monitoramento de metas da execução do Plano Estratégico, Práticas de gestão de processos, Fluxogramas dos processos do Plano Estratégico e Validação de manual de boas práticas em gestão de processos.



Cadeia de Valores e Arquitetura de Processos já é uma realidade dentro do nosso Legislativo. Aprendemos que uma boa gestão se faz com planejamento e definição de estratégias e metas”

DULCINÉA BRANDÃO
DIR. ADM. E FIN. DA ALRN

Para a diretora administrativa e financeira da ALRN, Dulcinéia Brandão, urge mapear as ações de governança e gestão na Casa Legislativa. Para tanto, cada gestor das unidades será um multiplicador das ferramentas e metodologias apreendidas durante os cursos, visando a execução do plano “Horizonte 2023 da ALRN”.

Com a denominação de “Horizonte 2023 da ALRN”, o plano estratégico contempla a definição da visão de futuro até 2023 e dos macrodesafios (objetivos estratégicos) que nortearão as ações da Assembleia Legislativa no próximo quadriênio.

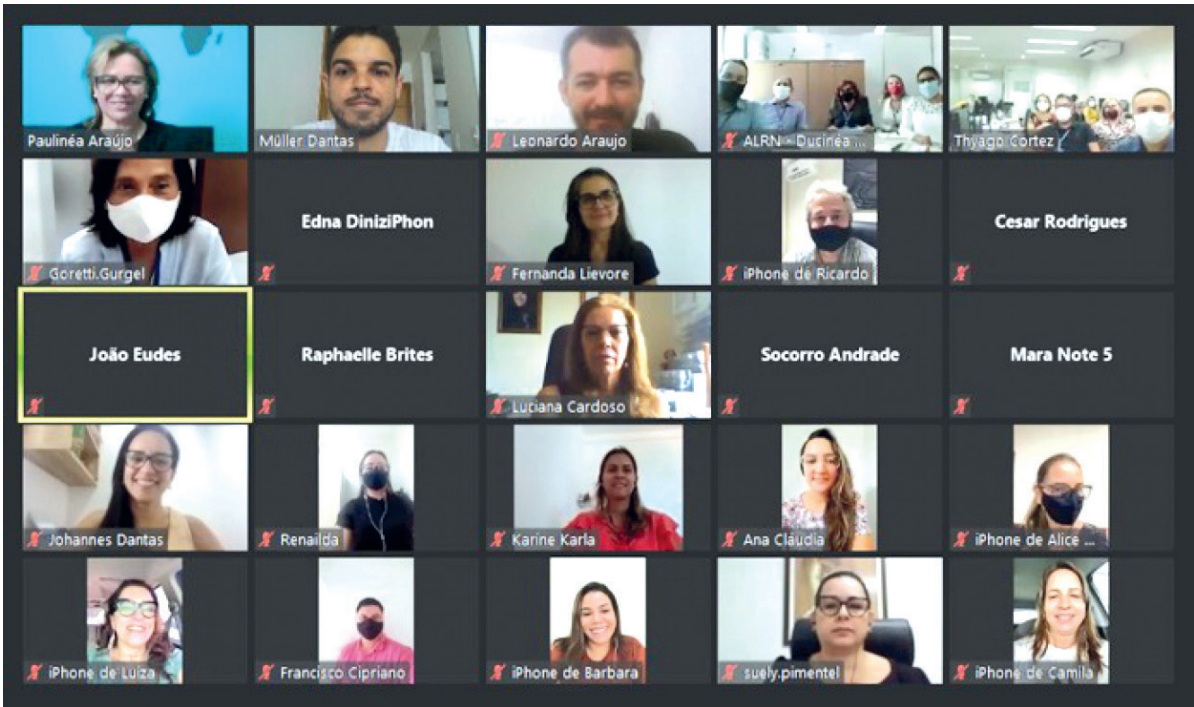
O plano elaborado teve como base o levantamento dos cenários interno e externo e definição dos principais problemas identificados ao longo da elaboração do documento, com metas para serem alcançadas nos próximos





CONHECIMENTO

Através da Escola da Assembleia, uma série de cursos de capacitação foi implementada, mesmo no período de pandemia, com foco na concretização do Planejamento Estratégico do Legislativo Potiguar. O primeiro deles foi “Implantando a Gestão Estratégica na ALRN”, por meio de webconferência, buscando alinhar conhecimentos, rotinas e linhas de ação para o cumprimento da execução do projeto “Horizonte 2023 da ALRN”



quatro anos. Compõem o documento 68 iniciativas estratégicas, 28 indicadores e metas, 18 iniciativas específicas e 1 Projeto Institucional.

Outro curso foi “Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos da ALRN”, realizada por videoconferência. O intuito foi capacitar os servidores a identificarem os processos de negócio da organização e suas interações, bem como sua contribuição para o atendimento dos objetivos estratégicos do Legislativo Potiguar. Além disso, foi elaborado o projeto “Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos da ALRN”, em conformidade com a iniciativa estratégica constante no documento “Horizonte 2023 da ALRN”.

Sob liderança da consultora Paulinéa Araújo, que é servidora da Justiça Eleitoral, os 40 participantes aprenderam e praticaram, em 24 horas de curso, os seguintes assuntos: Noções sobre Gestão de Processos e Cadeia de Valor; Fundamentos de Gestão de Processos e Cadeia de Valor; Classificação de Macroprocessos; Atividade institucional de levantamento de processos; Construção da Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos; e Apresentação do produto final e encerramento do projeto.

“A gente sabe que as próximas etapas desse processo não serão simples. É uma tarefa árdua e que requer a participação de todos os níveis. Por isso eu fico muito feliz com o comprometimento de todos. É claro que a Assessoria de Planejamento ainda tem um longo caminho a percorrer, com muitos desafios, mas é assim mesmo. É com muito trabalho e dedicação que se executa um Planejamento Estratégico adequado, a fim de prestar um atendimento de excelência à sociedade”, concluiu Paulinéa, parabenizando a equipe da Assessoria de Planejamento Estratégico pelo empenho e trabalho realizado.

Para a diretora administrativa e financeira da Assembleia Legislativa, Dulcinéa Brandão, a oficina foi uma oportunidade de adquirir conhecimentos que servirão de base para a realização do Plano Estratégico “Horizonte 2023”.

“Tenho certeza que todos nós iremos nos debruçar sobre o que foi apresentado pela professora Paulinéa. Temos muito a fazer ainda, nós sabemos. Mas a Cadeia de Valores e Arquitetura de Processos já é uma realidade dentro do nosso Legislativo. Nós vamos absorvê-la e executá-la da melhor maneira possível, afinal, aprendemos que uma boa gestão se faz com planejamento e definição de estratégias e metas a serem cumpridas”, concluiu, agradecendo a disponibilidade e dedicação da consultora Paulinéa, em nome da Assembleia Legislativa do RN.



Programação do curso, que é oferecido pela Escola da Assembleia, começa nesta sexta-feira, 2 de outubro, com palestra do advogado Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay), prossegue até o dia 27 de novembro

Curso online discute combate a abuso de poder nas eleições

CAPACITAÇÃO | Com carga horária de 30 horas, o curso em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) será online, via plataforma Google Meets. Serão disponibilizadas 150 vagas

Visando discutir, pesquisar e encontrar propostas para o enfrentamento das práticas de abuso de poder nas eleições 2020, de forma a garantir a lisura e a normalidade do exercício da cidadania, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, por meio da Escola

da Assembleia, vai ofertar o “Curso prático: abuso do poder e condutas vedadas no processo eleitoral”.

Com carga horária de 30 horas, o curso em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – será online, via plataforma Google Meets. Estão sendo disponi-

bilizadas 100 vagas para o público externo e 50 vagas para os alunos da UFRN.

A programação está prevista para começar nesta sexta-feira, 2 de outubro, e prossegue até o dia 27 de novembro, sendo em dias alternados, como programação ao lado.

PROGRAMAÇÃO DO CURSO

02/10 - Abertura com a aula Magna do criminalista Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay)

09/10 – Linguagem jurídica e o português jurídico;

16/10 – Princípios, competência da justiça e as regras constitucionais;

23/10 - As regras gerais das eleições: Lei 9504/97;

30/10 – Os abusos de poder econômico, administrativa e dos meios de comunicação;

06/11 – O aspecto criminal e as condutas vedadas;

13/11 – As ações constitucionais eleitorais – Impugnação de mandato eletivo e investigação judicial eleitoral e representação;

20/11 – A jurisprudência da justiça eleitoral em face do abuso de poder e das condutas;

27/11 - Aula Magna de encerramento.

A capacitação, sob a coordenação do Professor da UFRN e da Escola Legislativa da ALRN Erick Wilson Pereira, conta com a participação dos ministrantes Rafael Gomes Campelo, João Maria de Lima, Fabio Sena, Natália Cunha Lima e Leonardo Palitot Villar de Mello.

As inscrições podem ser feitas por meio do Sigaa.

Frente Parlamentar visita Projeto de Integração do Rio São Francisco

ANÁLISE | Acompanhado do presidente da Frente Parlamentar das Águas da Assembleia Legislativa da Paraíba, deputado Jeová Vieira Campos (PSB), o deputado Francisco do PT, presidente da Frente Parlamentar das Águas da Assembleia do RN, visitou o trecho onde houve o rompimento de um dos dutos da obra e acompanhou execução dos serviços

O deputado Francisco do PT, presidente da Frente Parlamentar das Águas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, visitou no início de setembro o reservatório de Jati, ramal do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), localizado no Estado do Ceará. Acompanhado do presidente da Frente Parlamentar das Águas da Assembleia Legislativa da Paraíba, deputado Jeová Vieira Campos (PSB), Francisco visitou o trecho onde houve o rompimento de um dos dutos da obra.

“Hoje, a Frente Parlamentar das Águas veio conferir o andamento da obra e buscar respostas sobre quando essa água chegará ao Rio Grande do Norte. A nossa maior missão é lutar para garantir segurança hídrica para o Estado”, disse o deputado do RN.

Os representantes das Assembleias Legislativas do RN e Paraíba foram recebidos pelo engenheiro do consórcio Magna/Themag e representante do Ministério do Desenvolvimento Regional, Alcenor de Paiva, que fez uma explanação sobre o andamento das obras nos dois estados.

“É preciso que fique claro que as investigações sobre o incidente com o duto estão em andamento e que este fato não interfere no cronograma da obra que está seguindo seu curso”, informou.

Indagado por Francisco sobre quando as águas do São Francisco chegarão ao Rio Grande do Norte, o engenheiro disse que, segundo o cronograma, isso deve ocorrer em junho de 2021. “De acordo com o cronograma, o Rio Grande do Norte passará a ser beneficiado no segundo semestre de 2021 com as águas chegando através do ramal Assu/Piranhas. Isso se tudo ocorrer como está programado”, informou.

“Essa é uma notícia que anima o povo do meu Estado, visto que esse é um sonho antigo, iniciado ainda no governo Lula e que está próximo de se concretizar”, celebrou Francisco.

Sobre a construção do ramal Apodi-Mossoró, o engenheiro informou



Deputado Francisco do PT (dir.) durante visita ao reservatório de Jati, ramal do Projeto de Integração do São Francisco no estado do Ceará: RN deve ser beneficiado com águas em junho de 2021



Deputado estadual do PT enalteceu importância da obra: “Esse é um sonho antigo”

2021

é quando as águas do São Francisco devem chegar ao RN

que há um edital do processo licitatório para ser lançado nos próximos dias. “As notícias são animadoras e o engenheiro nos informou que em breve o edital para licitação de contratação da empresa que fará a obra do Canal Apodi-Mossoró será lançado, o que já é uma notícia maravilhosa”, comemorou.

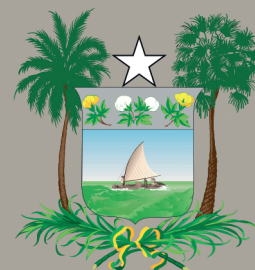
Em seguida, Francisco do PT seguiu para o município de São José de Piranhas, na Paraíba, onde visitou outros trechos do Projeto de Integração do Rio São Francisco. “Uma coisa é a gente ver e ouvir falar. Outra coisa é a gente conferir, ouvir do engenheiro responsável todos os detalhes da obra e as possibilidades dela. Essa é uma obra grandiosa que mudará o cenário de sofrimento que a seca desenhava em nosso Nordeste”, emocionou-se.

A Frente Parlamentar das Águas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte é formada pelos deputados estaduais Francisco do PT, Isolda Dantas (PT), Eudiane Macedo (Republicanos), Galeno Torquato (PSD) e Souza (PSB).

60% DAS AGRESSÕES CONTRA IDOSOS ACONTECEM DENTRO DE CASA.

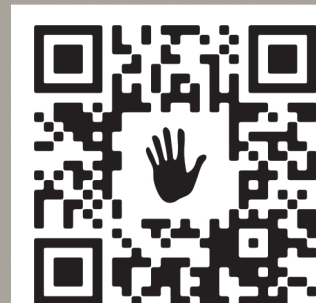
BASE

**VIOÊNCIA
DOMÉSTICA.
PRECISAMOS
DAR UM
BASTA NISSO.**



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

DENÚNCIAS
LIGUE 180
WHATSAPP
(84) 98831-8984



Acesse www.al.rn.leg.br
e siga @assembleiarn

